

VIAGEM, CAVALARIA E CONQUISTA NA *CRÓNICA DE GUINÉ* DE GOMES EANES DE ZURARA

ALBANO FIGUEIREDO

Universidade de Coimbra

1 - Na introdução que preparou para acompanhar a sua edição da *Crónica de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, publicada em 1937, escreveu, a certo passo, José de Bragança:

Ao contrário do que geralmente se tem crido, o Infante D. Henrique é, sobretudo, o representante da política de conquista, da ideia de criação de um reino português do Algarve e de além-mar.

Ele representa o espírito medieval de cavalaria, oposto, por excelência, ao espírito experimental da Renascença, que se orienta para a descoberta das novas rotas marítimas, do comércio pacífico e da influência civilizadora.¹

Tais palavras, ainda actuais, parecem fundar-se, em parte, numa reflexão sobre aspectos da História amplamente relatados pelo mesmo cronista na sua *Crónica da Tomada de Ceuta* e, sobremaneira, numa análise minuciosa da matéria diegética da *Crónica de Guiné*. E com elas, o editor acaba também por sintetizar a função pragmática e paradigmática deste último texto, que não passou tanto por uma exaltação da “curiositas” da descoberta — própria, depois, do Renascimento — como por uma recondução dos elementos tratados à esfera das “coisas de cavalaria”. Isto é: a *Crónica de Guiné* é, de facto, uma crónica de conquistas e de feitos de armas, com inegáveis traços de medievalidade.

Dados, por um lado, os problemas de carácter histórico, filológico e crítico que ela suscita e constatada, por outro, a riqueza da sua morfologia e da sua textura, muito se disse e escreveu sobre a probabilidade de a *Crónica* ser o resultado da “fusão” de dois diferentes textos pré-existentes, ambos de autoria de Eanes de Zurara, um, pretensamente, de feição biográfica, dedicado, em tom claramente laudatório, à figura de D. Henrique — o “Livro dos feitos do Infante”, escrito, a pedido de D. Afonso V, entre 1452 e 1453 —, e um outro, centrado no avanço da conquista africana e dos feitos da Guiné — a “Crónica dos feitos da Guiné”, escrita entre 1463 e 1467, tendo por fonte primacial uma obra de Afonso Cerveira. A Costa Pimpão² se deveu a sustentação séria de tal hipótese; mas, a seu modo, também Duarte Leite³ e Dias Dinis⁴, entre outros, em muito contribuíram, no seu tempo, para ajudar a clarificar as raízes e os pressupostos do problema e para desbravar a floresta enredada em que o comumente designado “códice de Paris”, publicado pela primeira vez em 1841⁵, parecia ter-se tornado. No entanto, malfadadamente, até aos nossos dias esses textos pré-

¹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Porto, Livraria Civilização - Editora, 1973, p. XLIV.

² Álvaro Júlio da Costa Pimpão, “A «Crónica da Guiné» de Gomes Eanes de Zurara”, in *Biblos*, vol. II, 1926, pp.374-389, 595-607 e 674-687; *idem*, “A «Crónica dos feitos de Guinee»: as minhas «teses» e as «teses» de Duarte Leite”, in *Escritos Diversos*. Coimbra, «Acta Universitatis Conimbrigensis», 1972, pp.3-42.

³ Duarte Leite, *Acerca da «Crónica dos feitos de Guinee»*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1941.

⁴ António Joaquim Dias Dinis, *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, vol. I. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

⁵ *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Paris, J.P.Ailland, 1841.

existentes não foram descobertos — se é que o poderiam ser... — e, só por isso, a polémica não poderia nunca ficar definitivamente encerrada.

Com efeito, a *Crónica de Guiné*, título com que o supracitado manuscrito parisiense acabou por ficar conhecido e por ser, mais tarde, sucessivamente editado, narra a progressão inaugural pela costa ocidental africana sob os auspícios e direcção do Infante D. Henrique, num período que abrange “grosso modo” a época de 1434 a 1448; teria, no entanto, a estrutura final resultado de um alinhamento temporal posterior a 1460 e harmonizador dos dois textos pré-existentis, com retoques adicionais já certamente de outrem — um “compilador tardio”, no dizer de Costa Pimpão⁶.

Reconhecendo validade ao princípio da génese dupla — por credibilidade dos fortes argumentos de crítica interna e externa — e partindo dele, penso que uma análise que tome agora a *Crónica* como um todo coerente poderá, nesta fase, trazer mais alguns contributos, numa outra perspectiva e a outros níveis, para a dilucidação das perplexidades que sempre andaram associadas ao texto e que, afinal, deixaram por muito tempo em segundo plano aquilo que aos Estudos Literários mais pode interessar: a crónica como policódigo artístico e discursivo, em interacção com distintas mas compagináveis variantes antropológicas, com diferentes categorias da História da Cultura e das Mentalidades e, portanto, com vários modelos éticos e estéticos. Interessa-me, pois, o texto “final”, uma vez que, na ausência dos precursores, é esse que deve ser avaliado, compreendido e fruído. Nesse seu estado terá preenchido um determinado e derradeiro “horizonte de expectativas”⁷ e, portanto, correspondido a desígnios bem delimitados.

2 - É nesse preciso âmbito que penso ser útil perspectivar viagem, cavalaria e conquista, dentro de um quadro de tematização medieval que enforma o relato dos “feitos” em questão e como grandes filões da exploração semântica que o cronista encetou e que lhe permitiram, mais do que construir uma biografia particular ou uma exaltação unívoca dos feitos da Guiné, atirar a *Crónica* para o terreno mais diversificado da recuperação, em registo de complementaridade, de alguns modelos discursivos e textuais muito próprios da Idade Média. Aliás, se há um género medievo em que essa mescla modelar é uma constante, talvez por força de uma concepção de narrativa como lugar de intersecção de diferentes fundos, de variadas estratégias, de múltiplos recursos e até de vasto arsenal estilístico, esse género é a crónica historiográfica. Ou seja, a aparente reconfiguração da génese textual a que o texto terá sido submetido deverá ser explicável não só em função de uma soma conjuntural ou até fortuita mas também em razão de um propósito deliberado de aperfeiçoamento ou de uma necessidade de refundição que visava produzir um texto de características mais ecléticas. E essa é verdadeiramente a *Crónica de Guiné* que aqui nos traz.

Nos seus 97 capítulos desenvolve-se um retrato muito minucioso da realidade histórica atinente ao desbravamento da costa ocidental africana. Mas, quem começa, naturalmente, por ler o seu Prólogo, não pode deixar de reter o trecho em que o cronista refere que

⁶ *Escritos Diversos*, p.13.

⁷ Cf. Hans Robert Jauss, *Pour une esthétique de la réception*. Traduction de Claude Maillard. Paris, Gallimard, 1978, p. 49 e segs.

sem embargo de se em todolos reinos fazerem cronicas dos Reis deles, não se leixa porem de escrever apartadamente os feitos dalguns seus vassallos quando o grandor deles é assim notavel, de que se com razão deve fazer apartada escritura; ⁸.

E acrescenta:

[...]da qual cousa os principes reaes não devem ser pouco contentes, que tanto mais a sua honra é alevantada quanto eles hão senhorio sobre maiores e mais excelentes pessoas, que nenhum principe não pode ser grande se ele não reina sobre grandes; nem rico se não senhorea sobre ricos.⁹

Consciente, portanto, das características próprias da crónica régia e dos assuntos que deveriam ser reservados, por sua vez, para as crónicas senhoriais ou particulares, afinal de contas, essencialmente biográficas, Zurara não hesita em enquadrar neste último lote esta sua obra, dado o relevo dos feitos do Infante D. Henrique. Ombrearia — diz —, por exemplo, com a «Crónica ou Leyenda de las Mocedades del Cid», transcrita em alguns manuscritos da *Estoria de España* alfonsina, ou mesmo com a muito notável *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereira* ¹⁰. E nos 5 capítulos seguintes, onde constrói um verdadeiro panegírico das virtudes e dos costumes do Infante, procura encarecer a excepcionalidade da pessoa (cap. II), superlativar a sua ascendência e a sua geração (cap. III), caracterizar a figura, a sua acção e a sua sabedoria (cap. IV) e relembrar o seu mérito na tomada de Ceuta — que lhe valeu, como aos seus irmãos, a investidura na cavalaria — ou na conquista das Canárias, no povoamento de outras ilhas oceânicas, no cerco de Tanger e na batalha de Alfarrobeira (cap. V), assim justificando *ab initio*, antes mesmo de entrar na «sustancia da historia» ¹¹, a elaboração da *Crónica* pela exemplaridade da sua vida e pela supremacia da sua conduta. O capítulo VI, de clara matriz retórica, remata, por seu turno, o elogio e introduz, quase no final, os temas da viagem e da conquista, sintetizados metaforicamente na seguinte imagem: «tu [...]fizeste ajuntar o Levante com o Poente, por que as gentes aprendessem a comudar as riquezas.»¹²

Depois desse primeiro núcleo discursivo encontramos um capítulo informativo sobre as 5 grandes razões que motivaram o Infante a «buscar as terras de Guiné»¹³: a vontade de comprovar a geografia da orla africana, o propósito comercial, a possibilidade de avaliar *in loco* o potencial bélico mouro, o desejo de encontrar aliados novos e o nobre espírito cruzadista. A essas acrescenta o cronista duas outras da sua lavra: a predestinação celestial e a determinação astrológica — ambas, como se vê, muito convenientes a um qualquer herói. Este capítulo VII é, pois, na economia da narrativa, um capítulo-charneira, que assegura a transição de um primeiro conjunto de feição proemial para a narração mais específica da matéria histórica.

A partir daqui, em discurso tipicamente historiográfico, o cronista faz espraiar factos e feitos. São 89 capítulos em que a viagem, a pequena conquista e o espírito cavaleiresco

⁸ *Crónica de Guiné*, p. 9.

⁹ *Ibidem*, pp. 9-10.

¹⁰ *Ibidem*, p. 9: «[...]assim como se fez em França do duque João, senhor de Lançam e em Castela dos feitos do Cid Rui Dias e ainda no nosso Reino dos do conde Nunalvares Pereira[...]».

¹¹ *Crónica de Guiné*, p. 36.

¹² *Ibidem*, p. 39.

¹³ *Ibidem*, p. 43.

servem como pano de fundo à acção de múltiplas figuras que, por ordem do Infante, entram e saem de cena, sem que este alguma vez surja como “embarcado” ou comandante factual. A história não se desenrola tanto por impulso de omnipresença física de D. Henrique — o que acontecera, aí sim, na tomada de Ceuta — como por sucessão de pequenos embates em que mar e território, isto é, os elementos água e terra, se opõem ou completam. E se o espaço aquático não é o espaço natural da cavalaria, não deixam de ser surpreendentes as constantes aproximações dos feitos dos navegadores ao ambiente e aos percursos cavaleirescos, pois aqueles portugueses antes de serem navegadores são guerreiros.

3 - Começemos pela viagem. Na *Crónica*, esta não pode ser dissociada da coragem, da ousadia e da bravura. A tradição das viagens fabulosas de São Brandão estava já muito disseminada por todo o Ocidente e alimentava alguma fantasia em torno dos mares atlânticos¹⁴; contudo, o conhecimento das dificuldades de séculos de experiências aconselhava prudência aos marinheiros. No entanto, e apesar da consciência do falhanço que os doze anos mais recentes tinham representado para o projecto da passagem do Bojador, o cronista faz opor à aspereza daquela triste realidade a determinação singular de D. Henrique, num claro sinal de persistência heróica que desde cedo acompanha a pessoa e a personagem. Certamente no «Livro das Viagens de Marco Paulo», que existia na biblioteca do rei e que terá sido do conhecimento de Zurara, poderia ter recolhido motivação e inspiração para escrever o relato dos feitos de viagem.

Gil Eanes é a primeira figura da *Crónica* a protagonizar o sucesso da viagem. Se até aí esta não havia propiciado mais do que alguns pequenos avanços geográfico-comerciais, a passagem, em 1434, do temeroso cabo permitiu ao escudeiro alcançar, no plano pessoal, e por virtude da sua acção como navegador, a honra e a glória que depois justificarão a investidura na cavalaria, bem como o respectivo proveito na fazenda e na promoção social; só muito timidamente a narrativa explora a novidade do conhecimento sobre as novas terras, aspecto que é reconduzido à decisão de D. Henrique. É que a viagem é, no plano ético, um serviço a Deus e ao Infante; só depois confere aos navegadores o acrescentamento em honra e em benefícios. As empresas seguintes de Afonso Gonçalves Baldaia (cap.X), Antão Gonçalves (caps. XII e XVI), Nuno Tristão (caps. XIII e XVII) e Lançarote (caps. XVIII e XIX) testemunham-no. Mais do que meio de difusão civilizacional, a viagem vale como passaporte para feitos de armas; e esses é que verdadeiramente interessam aos navegadores-guerreiros, ávidos de reconhecimento no Reino.

Mas a viagem de navegação caracteriza-se ainda por constituir uma espécie de circuito cíclico e circular — terra/água/terra ou Portugal/África/Portugal. Aqui conta invariavelmente mais a explanação das conquistas realizadas do que o relato — quase ausente — do desbravamento do desconhecido¹⁵. Para os navegadores, o troféu é o número de escravos

¹⁴ Cf. *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp.53-54.

¹⁵ São poucas as excepções em que o cronista se detém minuciosamente na caracterização da novidade da fauna e da flora encontradas. Vejam-se os três casos: «[...] especialmente ha aí umas aves que não ha em esta terra, que se chamam crooes, e são todas brancas, de mor grandeza que cisnes, e tem os bicos de um covado e mais, e de anchura de tres dedos, e parecem como bainhas de basas, assim lavradas e com taes lavores como se os fizessem artificialmente com mestria de fogo, afim de lhes poer fremosura; e a boca e o papo é tão grande que

aprisionados e não a novidade das terras pisadas¹⁶; para o Infante está reservado o quinto dos escravos e dos restantes bens trazidos, o reforço do prestígio pessoal e o alcance cruzadista do empreendimento, aspecto que o cronista reafirma quando escreve:

Ora vede que galardão deve ser o do Infante ante a presença do senhor Deus, por trazer assim a verdadeira salvação não somente aquestes, mas outros mui muitos que em esta historia ao diante podeis achar!¹⁷

Por outro lado, a viagem é também sinónimo de dificuldade e mesmo de desventura. No primeiro caso integra-se uma pequena nota do início do cap. LX em que o cronista informa como a braveza do mar era, muitas vezes, impeditiva da conquista da terra, quer se tratasse de uma ilha ou de uma costa¹⁸. E um outro relato contido no cap. LV mostra também como as mutações das marés, que junto às ilhas eram escassas em altura, constituíam um obstáculo à progressão. Veja-se como a seguinte reconstrução de um discurso dos portugueses enfatiza tal realidade:

—“Ah! Deus! — diziam eles — e menos favoravel queres tu ser ao nosso feito, do que já muitas vezes foste a outros, que tamanha tenção não tinham de te servir! Hoje, que o teu santo nome teria causa de ser muito acrecentado, e a nossa honra levantada,

uma perna de um homem, por grande que seja, até o giolho lhe cabe por ele.» (cap. LII, pp.227-228); «E a esta terra passam geralmente todalas andorinhas e assim todalas aves que por certos tempos aparecem em este nosso reino, scilicet: cegonhas, codornizes, rolas, torcicolos, rouxinões e folosas e assim outras aves desvairadas; e muitas ha que por razão da friura do inverno se partem desta terra e se vão buscar aquela, por causa da sua quentura; e outras se partem dela no inverno, assim como falcões e garças, e pombos trocazes, e tordos e assim outras aves que fazem naquela terra sua criação, e depois veem guarecer a esta, e isto pelas viandas que aqui acham conformes á sua natureza.[...] E pois já começo de falar em esta materia, não deixarei de dizer algum pouco mais do desvairo dalgumas outras aves e peixes, que achei que ha em aquela terra, das quaes são primeiramente umas aves que se chamam framengas, que são da grandeza das garças, iguaes na longura dos pescoços, empero de pouca pena, e as cabeças razoadas em comparação dos corpos; mas os bicos são grossos, empero curtos, e tão pesados que o pescoço o não pode bem suportar, de guisa que por sua ajuda sempre o bico teem pegado ás pernas ou ás penas o demais do tempo. [...] E também dos peixes ha aí uns que teem os bicos de três ou quatro palmos, uns pequenos e outros maiores, nos quaes bicos teem dentes de uma parte e da outra, tão juntos que não caberá um dedo entre um e outro, e todos porem são de osso fino, pouco mais grandes que de serra, e mais afastados; e os peixes são tamanhos e maiores que cações e as queixadas de fundo não são maiores que doutro peixe. E ha aí outro pescado que é pequeno, assim como mugens, os quaes teem nas cabeças umas coroas por que desfolegam, que são assim como guelras, e se os põem virados com as coroas para baixo em algum bacio, pegam tão rijo que, querendo-os tirar, levantam o bacio consigo, assim como fazem as lampreias com as bocas quando são bem vivas.» (cap. LIX, pp. 253-254); «E naquela ilha em que as armas do Infante estavam entalhadas acharam arvores muito grossas, de estranha guisa, entre as quaes havia uma que era no pé de arredor CVIII palmos. E esta arvore não tem o pé muito alto, senão como de noqueira; e da sua entrecasca fazem mui bom fiado para cordoalha, e arde isso mesmo como linho. O seu fruto é como cabaças, cujas pevides são assim como avelãs, o qual fruto comem em verde, e as pevides secam-nas, de que teem grande multidão, creio que seja para sua governança depois que o verde falece.» (cap. LXIII, p. 275).

¹⁶ Cf. *Crónica de Guiné*, cap.XXIV, pp.119-120.

¹⁷ *Ibidem*, p. 127.

¹⁸ *Ibidem*, p. 255: «Tendo já passada estas caravelas a terra de Zaara, como é dito, viram as duas palmeiras com que antes topara Dinis Dias, pelas quaes conheceram que ali se começava a terra dos Negros, com cuja vista folgaram assaz; e porem quiseram logo filhar terra, mas acharam o mar tão bravo na costa, que por nenhum modo poderam sair fora.»

dás lugar a um tão fraco poderio de um elemento que nos haja de empachar! Há por tua santa piedade conosco misericórdia, e ajuda-nos, que teus servos somos, empero pecadores; mas maior é a grandeza da tua benignidade, que a multidão de nossos pecados. E se tu tiveste poder de abrir caminho aos filhos de Israel por meio das águas, e fizeste o sol tornar atrás por rogo de Josué, contra o curso da natura; porque não farás agora tanta mercê a esta tua gente, por que o teu milagre pareça ante os nossos olhos, que se antecipem estas águas, por tal que a nossa viagem seja encaminhada como hajamos cumprida vitória?”¹⁹

Por sua vez, a desventura é ilustrável, por exemplo, com o que acontece com Gonçalo de Sintra, que, transgredindo, morre na Guiné por volta de 1444. Por se ter desviado da incumbência inicial do Infante — seguir directamente até à Guiné —, perpetrando algumas surtidas em ilhas de mouros, com o intuito de mostrar façanha e aprisionar nativos, acaba por ser morto aquando de uma pequena incursão mal preparada e que, afinal, resultara de um impulso pessoal de cobiça e vanglória ²⁰.

Quer dizer: o reino da água é um importante local de provação e um meio de maturação dos protagonistas. Não sendo este um espaço cavaleiresco por excelência, o mar, enquanto ponto de movimentação, constitui nova e fundamental etapa do esforço pessoal. Assim, na *Crónica de Guiné* a viagem representa um momento de transição, quer em termos espaciais — do Reino tradicional para o novo território africano —, quer em termos axiais — do estado de temor à maturação pelo esforço. E, por vezes, o desafio ao desconhecido — quando elemento de transgressão — acarreta uma punição. O desígnio de D. Henrique era, de facto, a peleja e a honra, mas no âmbito da cruzada.

4 - Ora, como acabamos de ver, a movimentação no mar assenta na valentia como factor de afirmação. E o que acontece bastas vezes é que o quadro de desenvolvimento da viagem pressupõe ou uma motivação cavaleiresca ou um prémio, sendo que, não raro, esse prémio é a própria investidura na ordem da cavalaria, mercê de feitos de alta qualidade bélica.

Contando como o cavaleiro Nuno Tristão andara embarcado, o cronista refere que este acabou por se encontrar com Antão Gonçalves, marinheiro que, até ali, havia aprisionado apenas “duas almas”. Não podendo ambos avançar mais naquela ocasião, Tristão entendeu que «receberia injúria, tendo ordem de cavalaria, se [ali] não fizesse outra presa mais rica por que o senhor Infante [pudesse] cobrar algum começo de paga, sobre tanta despesa» ²¹. Rapidamente esboçou um plano de incursão e se lançou à aldeia dos mouros, matando uns e aprisionando outros. Esta surtida garante a Nuno Tristão a exercitação da honra cavaleiresca; e, por ter também participado com coragem nesta empresa, os demais intervenientes entendem ter chegado a hora de investir Antão Gonçalves na cavalaria, ainda que, isso, por humildade, fosse contra a vontade do próprio; «e assim foi este o primeiro cavaleiro feito em aquelas partes» ²², precisamente pela mão de Nuno Tristão. Pouco tempo depois, veremos o mesmo Antão a investir na ordem Fernão Tavares, um velho e nobre

¹⁹ *Ibidem*, pp. 237-238.

²⁰ *Ibidem*, cap. XXVIII.

²¹ *Ibidem*, p. 73.

²² *Ibidem*, p. 75.

escudeiro que morava na ilha da Madeira e que não pretendia morrer sem «cobrar título honroso para sua sepultura.»²³

Num outro passo, encontramos a história de Baltasar, um gentil homem da casa do imperador da Alemanha que se havia deslocado para Portugal com o fito de poder alcançar Ceuta e aí se tornar cavaleiro, «fazendo primeiramente tanto por sua honra por que o merecesse»²⁴. Diz logo de seguida o cronista «que o coração não lhe faleceu para seguir seu bom proposito, que com mui grande honra recebeu sua cavalaria, fazendo primeiramente mui assinaladas cousas por sua mão»²⁵.

Ainda mais interessante é o caso de Lançarote — e repare-se como a matéria de Bretanha havia entrado na onomástica —, que recebe cavalaria pela mão do próprio Infante. Chegadas as caravelas a Lagos e depois de repartidos bens e escravos, alguns dos capitães e outros homens dirigem-se a D. Henrique para solicitar a investidura daquele na cavalaria. Os argumentos são variados e de peso:

—“Senhor! Porque sabeis o grande trabalho que Lançarote, vosso creado, tem levado em este feito passado e com que deligencia o tratou, pelo qual nos Deus deu tão boa vitória como vistes; e isso mesmo como é de boa linhagem e homem que merece todo bem; pedimos-vos por mercê que o queiraes por vossa mão fazer cavaleiro, pois vedes que o merece por toda razão;”²⁶

A isto anuiu de imediato o “Navegador” e «fez logo ali Lançarote cavaleiro, fazendo-lhe grandes mercês, segundo seus merecimentos e bondade requeriam»²⁷. Mais tarde, o novo cavaleiro tornar-se-á capitão de uma frota que tem por destino a Guiné, mesmo estando em Lagos outros grandes senhores, como o seu sogro, o nobre Soeiro da Costa, alcaide da vila, criado na câmara de D. Duarte e com serviço prestado a alguns grandes da Europa, como D. Fernando de Aragão, D. Luís de Provença ou o Condestabre de França. Curiosamente, a *Crónica* relatará como também Soeiro da Costa será investido na cavalaria depois de longos anos de trabalhos e de mérito guerreiro. A investidura ocorre exactamente depois de terminada, com sucesso, a conquista de mais uma ilha da região da Guiné. E o cronista entende acrescentar, quase inusitadamente, o seguinte:

Por certo [...] eu creio que pero Alvaro de Freitas fosse tão nobre cavaleiro e por aquecimento já outros semelhantes fizesse, nunca sua espada tocara a cabeça de tão nobre e tão avantajado homem, nem foi pouco honrado aquele Alvaro de Freitas no consentimento que Sueiro da Costa fez em querer ser cavaleiro de sua mão, onde o podera ser por mui honrados Reis e grandes Príncipes que se muito contentaram de o fazer, conhecendo sua grande virtude.²⁸

O ideal de cavalaria é, pois, uma das isotopias temáticas da *Crónica*, qual travemestra do encadeamento da matéria; e assegura ainda a coesão estrutural e semântica do

²³ *Ibidem*, p. 164.

²⁴ *Ibidem*, p. 86.

²⁵ *Ibidem*, p. 87.

²⁶ *Ibidem*, p. 127.

²⁷ *Ibidem*, p. 128.

²⁸ *Ibidem*, p. 241.

modelo discursivo adoptado, que assenta no relato de viagens e de conquistas. Nessa medida, a viagem e a descoberta, ainda que incipiente, adquirem também, pelo desafio inaugural que comportam, um relevante simbolismo cavaleiresco. E é inegável a similitude de algumas das opções ideológico-estéticas com as do modelo do romance arturiano.

5 - Por fim, viagem e cavalaria não se desligam da conquista. Mas de que falamos quando falamos em conquista a propósito da *Crónica de Guiné*? A conquista é, acima de tudo, um objectivo de vida; não se trata propriamente do domínio da terra africana mas sim da exibição de troféus de honra (gentes e bens). O que os marinheiros procuram é a exercitação guerreira como forma de alcançarem um prémio material e a honra pessoal.

32

Quase invariavelmente, os protagonistas são colocados numa espécie de acção “in media res”, sendo que apenas nos apercebemos do ponto de partida e do ponto onde já se encontram aquando da disposição para a pequena batalha. No não dispensável conselho afinam-se as estratégias, decide-se o tempo e escolhem-se as figuras; e não falta sequer o discurso do “chefe” às tropas. É o que acontece, por exemplo, quando Lançarote reúne os seus homens no Cabo Branco. Aí se decide abordar a Ilha de Tider, que em breve é palco de um confronto entre cristãos e mouros, isto é, como é costume, um desafio dos navegadores ao “outro civilizacional”. E nem falta à narrativa o típico aspecto sinestésico da crónica:

E porem mandaram logo soar as trombetas, indo a eles mui de vontade; mas os Mouros, deseparados da primeira fortaleza, começaram de fugir, lançando-se a nado a alem de um esteiro que faz daquela terra ilha [...].

E desbaratados assim os Mouros, sentindo os Cristãos que sua estada não aproveitava ali mais, foram-se áquele lugar onde os inimigos antes tinham seus alojamentos; e do que aí mais acharam foi agua, com que, por razão da calma e trabalho, houveram grande prazer, que muitos pereceram de sede se ela não fora.²⁹

A desproporção beneficia quase sempre os lusitanos; e, mesmo quando inicialmente o número de mouros é grande, o factor tempo encarrega-se de acabar por colocar os nativos em fuga. Por conseguinte, se o cerimonial se mantém, a pequena batalha ou a simples escaramuça não são comparáveis aos grandes recontros bélicos: sobretudo, os mouros lutam para defender as mulheres, os filhos e a si mesmos³⁰, raramente evidenciando uma qualquer preocupação com o território, com a fé ou com o poder. No entanto, o discurso do cronista é canónico, tão empenhado quanto a adoração dos portugueses pelo Infante, testemunhada, por exemplo, no desenho entalhado das suas armas nas árvores de uma ilha descoberta perto de Cabo Verde³¹.

A conquista é, pois, de homens, feitos escravos, e não da terra; e também não é verdadeiramente uma conquista do mar — o domínio do elemento aquático —, pois pouco ou nenhum relevo se dá aos perigos da viagem ou a factores naturais e fantásticos que a ela andam associados (astrologia, maravilhosos, etc.). Nem verdadeiramente se dá importância ao avanço pela costa africana. A viagem é sobretudo um meio de aceder a locais novos de

²⁹ *Ibidem*, p. 240.

³⁰ Cf. *ibidem*, p. 246: «Mas já a peleja dos Mouros não era tanto por causa da inimizade, como defensão de suas mulheres e filhos, e muito mais por salvar suas vidas mesmas.»

³¹ Cf. *ibidem*, p. 274.

peleja, com um adversário mal preparado e que não suspeita sequer o ímpeto cavaleiresco dos mais nobres.

6 - Em suma: a *Crónica de Guiné* apresenta uma arquitectura genológica ecléctica. A inicial textura biográfica rapidamente dá lugar ao relato, mais ou menos demorado, de viagens mais ou menos prolongadas e que têm como propósito o estabelecimento de uma ligação entre duas geografias terrenas mediadas pelo mar, percepcionado como espaço de maturação temporal. Mas essa ligação só se realiza por via de um nexos cavaleiresco, que se vislumbra nos feitos de armas, isto é, na guerra — que é legitimada pela cruzada.

Para configurar esses elementos temáticos e genológicos, Eanes de Zurara — e o compilador tardio — enquadra o discurso nos cânones da cronística medieval e lança mão de modelos, fórmulas e soluções já muito diluídas na literatura em prosa de então, particularmente na narrativa historiográfica e no romance arturiano. Viagem, cavalaria e conquista permitem ao cronista preencher o lugar que aparentemente estaria reservado para a descoberta. Portanto, e já que falamos de modelos, a imagem projectada de D. Henrique será a de um “Navegador” ou antes a de um “Cavaleiro”? A julgar pelo conteúdo da *Crónica de Guiné* a resposta parece óbvia!³²

³² Cf. *ibidem*, cap. XCVII, pp. 407-411.